

CURRÍCULO E APRENDIZAGEM: NOTAS PARA PENSARMOS A RELAÇÃO ENTRE O NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS (NTPPS) E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Lúcia Edriana de Sousa Cordeiro ¹

Karla Vanessa Alves Maia ²

Antônia Solange Pinheiro Xerez ³

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como as competências socioemocionais estão intervindo no currículo convencional das escolas de ensino médio do Ceará. Tal análise será realizada através da observação em torno da experiência do Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS). O objetivo do NTPPS é promover a reorganização curricular do ensino médio, garantindo ao adolescente e ao jovem conhecimento e competências para a vida e para o trabalho. A metodologia da pesquisa é organizada pela observação, o acompanhamento e o diálogo com gestores, professores e técnicos do Instituto Aliança (IA), da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), como também da 10ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) para verificar a execução das ações desse projeto nas escolas. Nosso trabalho está sistematizado nos estudos de Coelho (1982); Freire (1987); Delors (2004); Saviani (1999, 2013); Santos (2011); Soares (2017) entre outros arcabouços teóricos. Diante das análises realizadas, podemos verificar, inicialmente, que as atividades pautadas no desenvolvimento das competências socioemocionais propostas para serem inseridas no currículo das escolas acabam por substituir conteúdo das disciplinas convencionais. Desejamos com esse trabalho fornecer elementos que possam mediar um debate sobre as efetivas contribuições das competências socioemocionais para melhorar os níveis de aprendizagem e fazer alavancar os índices educacionais.

Palavras-chave: Aprendizagem, Currículo, Competências Socioemocionais.

INTRODUÇÃO

A presente atividade de pesquisa procura problematizar e refletir as vivências do Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) que, a partir de 2012, permeia algumas escolas públicas de ensino médio do Ceará. A perspectiva dos estudos exploratórios deste objeto apontam para uma análise das lógicas que orientam a metodologia do NTPPS,

¹ Mestranda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará. luciaedriana@hotmail.com;

² Mestranda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará. vanessa.maialves@gmail.com;

³ Professora do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará. antonia.xerez@uece.br;

avaliando como elas influenciam na organização e funcionamento das disciplinas do currículo tradicional.

De acordo com Almeida (2014), a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) do Ceará, em 2011, durante um seminário para construir o Plano de Gestão 2011-2014, criou um relatório com eixos norteadores, objetivos gerais e estratégias transversais, além de um levantamento dos projetos educacionais desenvolvidos nas escolas estaduais buscando identificar pressupostos das metodologias exitosas que pudessem inspirar uma nova proposta de reorganização curricular no Ceará. Os projetos: e-Jovem identificados foram: Com.Domínio Digital (CDD); Jovem de Futuro; Professor Diretor de Turma, dentre outros.

Segundo Carmo (2017), a SEDUC buscou orientar sua reorganização curricular mesclando pressupostos metodológicos do CDD para adequá-la aos protótipos curriculares da UNESCO. O CDD foi escolhido porque sua proposta trazia em seu cerne a formação e a inserção de jovens no mercado de trabalho, com foco nas habilidades para a vida e para o trabalho por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

A Seduc define o Núcleo de Trabalho Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) como um componente curricular integrador e indutor de novas práticas que tem como finalidade o desenvolvimento de competências socioemocionais por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos.

A carga horária do NTPPS é estabelecida em 160 horas/ano, e suas aulas se constituem em oficinas orientadas por meio de um material estruturado, pelo Instituto Aliança, composto de Planos de Aula e Caderno do Aluno. A proposta do NTPPS é desenvolver projetos de pesquisa a cada ano que deverão ser orientados pelos professores da escola, provocando a interdisciplinaridade entre o que está sendo trabalhado no NTPPS e as áreas do conhecimento. Os ambientes de investigação, dentro dos quais estão situadas as vivências e as pesquisas, são: a escola e a família, no primeiro ano; a comunidade, no segundo ano; o mundo do trabalho, no terceiro ano.

Dessa forma, a Seduc passa a sugerir às escolas interessadas em implantar o NTPPS que promovam discussões entre a direção, a coordenação pedagógica e os professores para avaliarem a viabilidade da proposta. Considerando que a adesão ao Programa por uma escola de ensino médio regular exige a retirada de 04 horas aulas semanais das disciplinas do currículo comum. Sendo que essas aulas são substituídas por oficinas vivenciais, caracterizadas pela

pedagogia participativa e de desenvolvimento de projetos, ou seja, são retiradas 04 aulas do currículo tradicional, e em seu lugar são desenvolvidas as aulas de NTPPS. Assim, da estrutura que habitualmente consiste no estabelecimento de vinte e cinco (25) aulas de cinquenta (50) minutos distribuídas nos cinco (05) dias da semana, deverão ser retiradas 04 (quatro) aulas de disciplinas tradicionais para que em seu lugar sejam aplicadas as aulas de NTPPS.

Conforme Almeida (2014), o NTPPS é uma política que utiliza uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Aliança (IA), cuja proposta incide em uma reformulação do currículo para o ensino médio. Para tanto, retira do programa curricular aulas das disciplinas convencionais. A integração curricular proposta pelo NTPPS adota a pesquisa como principal estratégia pedagógica e a interdisciplinaridade como articuladora das áreas do conhecimento com o objetivo de desenvolver autonomia, protagonismo e competência nos estudantes.

Ainda segundo Almeida (2014), os professores do NTPPS recebem formação do Instituto Aliança (IA) para desenvolverem suas atividades em sala de aula. Para essa formação, o Instituto Aliança elabora e fornece aos professores um material pedagógico chamado de cadernos do aluno com planos de aulas preestabelecidos, textos, desafios e orientações para a construção de um projeto de vida.

O Instituto Aliança se constituiu em 2002 pelo patrocínio das seguintes instituições: a Fundação Kellogg, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Odebrecht e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A instituição é hoje, qualificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As atividades de execução ou consultoria de projetos desenvolvidas pelo Instituto Aliança são realizadas em parceria com investidores sociais privados, organizações internacionais, órgãos governamentais em âmbito federal, estadual e municipal, universidades e centros de pesquisa. Dentre os órgãos públicos que atuam em parceria com o Instituto Aliança, está a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), essa parceria acontece porque uma das áreas de atuação do Instituto Aliança concentra-se no desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, a serem aplicadas principalmente nos sistemas públicos de ensino.

Para o Instituto Aliança (IA), o desenvolvimento de competências socioemocionais aliado à construção do projeto de vida são os principais distintivos de sua metodologia. Orientado pelos pilares “aprender a ser, a conviver, a fazer e a aprender” definidos por Jacques Delors no relatório “Educação um Tesouro a Descobrir” (UNESCO, 1996), o IA se propõe a desenvolver em seus projetos e programas cinco competências socioemocionais: abertura a novas experiências, consciência, extroversão, amabilidade e estabilidade emocional.

Para estabelecer o diálogo com o objeto de pesquisa apresentado, propomos algumas formulações específicas: 1) Identificar as lógicas conceituais que orientam o NTPPS, especialmente ao abordar a relação entre pesquisa, interdisciplinaridade e competências socioemocionais; 2) Desvelar os princípios e objetivos das políticas curriculares para o ensino médio a partir dos interesses dos seus organismos financiadores; 3) Discutir o papel do estado ao promover a reformulação curricular nas escolas que implementam a experiência do NTPPS.

METODOLOGIA E O PERCURSO DA PESQUISA

O processo de pesquisa indica alguns procedimentos para o aprofundamento da análise dessa prática na escola. Inicialmente, propõe-se a realizar uma consulta a documentos oficiais, institucionais, relatórios, pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema. Dessa forma, desenvolveu-se uma análise de dois elementos da metodologia do NTPPS: capacitação de professores e material didático, ambos produzidos pelo Instituto Aliança.

A compreensão das variantes que envolvem o NTPPS passa pelo desvendamento da metodologia desenvolvida pelo Instituto Aliança com o adolescente através da sondagem da capacitação de professores e do material didático utilizado por essa experiência de prática pedagógica. Na etapa de pesquisa empírica, ainda em andamento, serão utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas e da observação participante. Nesta etapa da pesquisa exploratória foram adotados estudos que contemplam a pesquisa bibliográfica e documental.

A abordagem consiste até então em uma análise bibliográfica e documental sobre as competências socioemocionais e a metodologia do NTPPS. Pautamo-nos em estudos considerados relevantes acerca do tema: Coelho (1982); Freire (1987, 1996); Saviani (1999, 2013); Delors (2004); Almeida (2014); Soares (2019). Outras referências conceituadas na pesquisa educacional também serão consultadas, além da análise de documentos elaborados pelo Instituto Aliança e pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Gatti (2007), o ato de pesquisar corresponde à elaboração e sistematização de conhecimentos sobre aspectos específicos de um determinado assunto. Tal conhecimento deve ultrapassar, e até mesmo pode contrariar, o entendimento imediato da realidade observada. Assim, compreendemos a pesquisa como uma atividade que pressupõe a

percepção das problemáticas para além dos olhares do senso-comum e dos discursos da ideologia dominante.

No que se refere à Pesquisa em Educação, consideramos que esta não pode gerar um conhecimento apenas com dados experimentais, uma vez que a educação é feita dentro de um sistema de relações sociais. A pesquisa educacional seria a tentativa de explicar a educação em suas duas faces, enquanto fato e processo.

Sem dúvida a educação é um fato – porque se dá. Sem dúvida, é um processo, porque está sempre se fazendo. Envolve pessoas num contexto. Ela mesmo sendo contextualizada – onde e como se dá. É uma aproximação desse fato-processo que a pesquisa educacional tenta compreender (GATTI, 2007, p. 14).

Segundo Delors (2004), a educação é a utopia necessária que surge como uma via para um desenvolvimento humano mais harmonioso, capaz de fazer retroceder a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras. Ainda que muitas sejam as desilusões do progresso no plano econômico e social, não se pode negligenciar o caminho clássico para o crescimento que consiste na conquista da ciência, da tecnologia e nas suas implicações em termos de adaptação cultural e modernização das mentalidades.

De acordo com Saviani (1999), é possível a elaboração de uma teoria educacional capaz de contribuir no combate à marginalidade. No entanto, tal teoria deve ter como objetivo o estabelecimento de condições históricas favoráveis a um ensino de qualidade para as camadas populares e sua execução deve ser pensada para uma escola suscetível a mudanças, uma vez que se encontra inserida em um contexto social e histórico.

Freire (1987) expõe o termo da autodesvalia como sendo uma característica dos segmentos das camadas populares que se desenvolveria a partir da introjeção do discurso dos segmentos mais abastados. Os menos desprovidos de recursos materiais de tanto ouvirem que são incapazes, que não sabem nada, que são preguiçosos, que não produzem, terminam por se convencerem de sua incapacidade e passam a se sentirem uma “coisa” que nada possui e que só existe na sua relação de dependência com aqueles que tudo podem ter. Portanto, para Freire, os mais pobres são marcados pela dependência emocional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 4 de dezembro de 2018. A elaboração da BNCC fundamenta-se no que foi denominado de competências do século XXI, as quais preveem que os estudantes devam desenvolver competências cognitivas e socioemocionais.

As competências do século XXI, segundo França (2019), relacionam-se com a formação de cidadãos críticos que sejam capazes de aprender a aprender para solucionar problemas, e

tomar decisões com criatividade e autonomia. Cidadãos, assim formados, são capazes de trabalhar em equipe, respeitar o outro, argumentar e defender seu ponto de vista, mas respeitando a pluralidade das ideias. Esse modelo de formação para a cidadania é uma exigência da sociedade contemporânea que impõe um novo olhar a questões centrais da educação, em especial, o que aprender, para que aprender, como ensinar e como avaliar o aprendizado.

Conforme Soares (2017), enquanto proposta pedagógica, o NTPPS busca desenvolver competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, como: responsabilidade, colaboração, comunicação, criatividade, autocontrole, pensamento crítico, resolução de problemas, abertura ao novo entre outros. Além disso, trabalha a pesquisa como um meio privilegiado de consolidação dos conhecimentos, possibilitando uma relação crítica com a realidade a partir do questionamento e da consequente busca da transformação.

A relação entre educação e transformação social é conceitualmente complexa, oscilando entre a extrema descrença no poder de intervenção social da educação ao profundo romantismo que lhe atribui poderes extraordinários. Porém, conforme Coelho (1982), os educadores geralmente entendem a educação como uma prática essencialmente neutra e naturalmente desligada das relações de poder e da dominação de classes. Para muitos, trata-se apenas de uma relação entre dois indivíduos: professor e aluno, voltada para o desenvolvimento da sociedade.

A escola, ao promover uma grande ênfase nos métodos e nas técnicas, conforme Coelho (1982), sutilmente esconde as relações concretas existentes entre educação, classe social e poder, como também acaba reduzindo seus problemas a aspectos metodológicos e técnico-administrativos. Ao ocultar a origem real da divisão das classes, a educação leva cada indivíduo a se sentir o principal responsável pela sua posição social. De acordo com essa visão, as conquistas são, acima de tudo, resultado dos talentos e do esforço de cada um, ficando silenciadas as decorrências da divisão entre capital e trabalho.

Diante dessa perspectiva de enfatizar métodos e técnicas, contrapomo-nos destacando a importância dos conteúdos para aprimorar o ensino. A prioridade dos conteúdos histórico-culturais é fundamental para que ocorra o desenvolvimento de um ensino autêntico e de uma aprendizagem relevante para os segmentos das camadas populares.

O domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (SAVIANI, 1999, p. 66).

Dessa forma, entendemos que a escola para avançar no cumprimento de uma formação de cidadãos críticos, criativos, participativos, responsáveis, capazes de lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios, não poderá romper com as práticas marcadas pela valorização dos conteúdos histórico-culturais. Segundo Saviani e Duarte (2012), a escola é o lugar para onde se deve ir além do cotidiano das pessoas. Para tanto, a escola precisa cumprir a sua função que é transmitir as formas mais elaboradas de conhecimentos produzidos pela humanidade.

Compreendemos que a função da escola é favorecer a disseminação do saber sistematizado, responsável pela socialização do conhecimento erudito, metódico e científico. “Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar” (SAVIANI, 2013, p. 14).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo informações do próprio Instituto Aliança, o Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), em articulação com a política pública de educação do Ceará, propõe-se a promover a reorganização curricular do ensino médio. Tal programa conta com a metodologia do Instituto Aliança para estruturar o currículo a partir da pedagogia das competências socioemocionais.

Questionamos os discursos que se articulam em defesa de uma reorganização curricular pautada no dinamismo, na integração e em novas e significativas aprendizagens, pois o que observamos é a ocorrência de um processo de fragmentação do currículo, na medida em que sua elaboração passa a ser orientada através desse discurso que defende as vivências e os saberes cotidianos como os conteúdos verdadeiramente significativos. Consideramos que essa concepção de currículo acaba descaracterizando a função da escola.

Conforme Santos (2011), ainda que o cotidiano seja tomado como ponto de partida para desenvolver o trabalho educativo e a organização do currículo, uma formação humana ampla exige ir além dos fenômenos cotidianos. Assim, entendemos, segundo Saviani (2013), que a atividade nuclear da escola é a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado.

Consideramos necessária uma análise criteriosa dos instrumentais utilizados para realizar as avaliações dos resultados do NTPPS, visando detectar indícios capazes de perceber com mais clareza o caráter e a verdadeira dimensão dos efeitos produzidos pelo NTPPS.

Buscamos nos inteirar sobre a origem e as intenções dos estudos desenvolvidos para avaliar os resultados acarretados pelo NTPPS na realidade das escolas e na vida dos estudantes.

No entanto, em nossa atividade de pesquisa, nos dispomos a indagar sobre quais as bases teóricas que sustentam o diálogo nas escolas públicas do estado do Ceará em que permeiam projetos que visam desenvolver competências socioemocionais como uma estratégia para alcançar melhorias na aprendizagem. Será que o investimento nos aspectos socioemocionais tem se mostrado um caminho eficaz para alavancar a aprendizagem?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as ponderações dos autores que dão sustentação teórica a esta pesquisa, concebemos que a proposta de integração curricular defendida pelo NTPPS para promover uma educação contextualizada e significativa tem como objetivo a formação de competências socioemocionais para o desenvolvimento condicionado de atitudes e valores que mais servem para fortalecer uma prática de adaptação do que uma prática de transformação social.

Consideramos que as temáticas adotadas pelo NTPPS (escola e família, comunidade, trabalho e sociedade), a partir das indicações da UNESCO, substituem a transmissão de conteúdos curriculares clássicos (rotulados de “tradicional”) por um “conhecimento” nascido na experiência pessoal e coletiva dos alunos, mas que na realidade não ultrapassa o nível do senso comum.

A ideia de educação é vinculada a de qualificação para o ingresso no mundo do trabalho ou talvez para conformar-se em desenvolver atividades informais denominadas de empreendedoras. Compreendemos que o NTPPS parece se configurar como um projeto a serviço da política de desregulamentação dos currículos e dos conteúdos da escola pública, contribuindo no processo histórico de negação do ensino aos alunos das camadas populares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de Souza. As Escolas de Ensino Médio No Ceará e o Núcleo de Trabalho, Pesquisa E Práticas Sociais (NTPPS). In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 17, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Editora UECE, 2014, p. 01-15.

CARMO, Klertianny Teixeira do. Juventude e Escola: Diálogos sobre a relação com o saber e o Programa Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas sociais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017. 317f.

CEARÁ. Secretaria de Educação. Assessoria de Comunicação da SEDUC. **E o que é o NTPPS?** Disponível em: www.seduc.ce.gov.br. Acesso em: 05 jul. 2019.

COELHO, Ildeu Moreira – A Questão Política do Trabalho Pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos R. E outros - **O educador: vida e morte**. Editora Graal, 1982.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Portugal: Edições Asa, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

FRANÇA, Luísa. **BNCC: TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Plataforma Educacional, [S.L], 28 de fev de 2019. Disponível em <https://www.somospar.com.br/bncc-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em 02 abr. 2019.

GATTI, Bernadete Angerlina. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília, 2002.

INSTITUTO ALIANÇA. Disponível em: www.institutoalianca.org.br. Acesso em: 05 jul. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999, (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev- Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. **Relativismo e escolanovismo na formação do educador: uma análise histórico-crítica da licenciatura em educação do campo**. Tese: UFBA, 2011. Capítulo 1, Sobre Relativismo e Escolanovismo (Páginas 26-46).

SOARES, Mayara Tâmea Santos. Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Prática Social: uma experiência de redesenho curricular no Ceará. In: IV CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. Acesso em: 05 jul. 2019.